



**Empresa de Saneamento de Mato Grosso
do Sul S.A. - Sanesul**

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2012 e 2011**



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
14º Andar – Sala 1403 - Jardim América
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto, SP - Brasil

Telefone: 55 (16) 3323-6650
Fax: 55 (16) 3323-6651
Internet: www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul
Campo Grande - MS

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 18 às demonstrações financeiras, a Companhia decidiu reconhecer integralmente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Desta forma, o lucro líquido do exercício está apresentado a maior em R\$ 59.802 mil.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto mencionado no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos à atenção para nota explicativa nº 16.b às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2012, que descreve a incerteza relacionada ao passivo contingencial no valor de R\$ 19.210 mil, referente a dívida contraída em 1994, com a empresa Tigre S.A. - Tubos e Conexões, cujo valor foi revisto no exercício de 2000, no qual a Companhia e a Tigre assinaram um termo judicial de confissão e acordo de dívida, no montante de R\$ 14.000 mil, a valores históricos, à época. Amparada pelos seus consultores jurídicos, a Companhia suspendeu, desde 2004, as amortizações mensais dessa dívida e realizou o recolhimento das parcelas devidas até o mês de julho de 2004, por meio de depósitos judiciais, uma vez que está pleiteando nova revisão do saldo devedor, com base em laudo técnico realizado por uma empresa independente, cujo resultado montou em R\$7.697 mil, quando da assinatura daquele termo judicial. Em 3 de julho de 2006, foi ajuizado pela Tigre S.A. - Tubos e Conexões uma execução de título judicial, em que está requerendo a penhora no valor de R\$ 19.625 mil, e, caso não sejam encontrados valores disponíveis, tal penhora pode recair sobre o desfecho e a perspectiva de perdas em litígios dessa nova execução, bem como seus efeitos sobre as demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 15 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'José Luiz Sanches', is written over the printed name and title.

José Luiz Sanches
Contador CRC 1SP124579/O-0

Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	5.170	5.595	Fornecedores e empreiteiros	12	16.783	12.393
Outros investimentos	6	56.106	36.220	Empréstimos e financiamentos	13	8.219	7.752
Contas a receber	7	54.057	42.047	Salários, férias, gratificações e encargos sociais		13.753	12.414
Estoques	8	5.330	4.827	Impostos e contribuições		4.127	3.734
Impostos e contribuições a recuperar		748	870	Parcelamento tributos e contribuições sociais	14	2.472	2.303
Outros créditos		<u>772</u>	<u>727</u>	Dividendos e juros sobre capital próprio	15	27.326	15.225
Total do ativo circulante		<u>122.183</u>	<u>90.286</u>	Outras contas a pagar		<u>4.860</u>	<u>2.918</u>
				Total do passivo circulante		<u>77.540</u>	<u>56.739</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais		2.020	1.672	Empréstimos e financiamentos	13	62.786	63.065
Ativos fiscais diferidos	18	54.146	-	Parcelamento tributos e contribuições sociais	14	9.066	10.929
Ativo financeiro	9	70.082	62.198	Provisões para contingências	16	<u>30.296</u>	<u>27.381</u>
Intangível	10	285.521	268.698	Total do passivo não circulante		<u>102.148</u>	<u>101.375</u>
Imobilizado	11	<u>40.389</u>	<u>32.711</u>				
		<u>452.158</u>	<u>365.279</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	17	300.000	208.418
				Reserva de incentivo fiscal-MP 449/08 / Lei 11.941/09		1.687	1.687
				Reserva legal		14.854	9.389
				Reserva retenção de lucros		<u>78.112</u>	<u>77.957</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>394.653</u>	<u>297.451</u>
				Total do passivo		179.688	158.114
Total do ativo		<u><u>574.341</u></u>	<u><u>455.565</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>574.341</u></u>	<u><u>455.565</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011
Receita operacional líquida	19	244.782	218.137
Custo de operação e manutenção	20	<u>(124.544)</u>	<u>(112.179)</u>
Lucro bruto		120.238	105.958
Despesas operacionais			
Comerciais	21	(5.583)	(5.181)
Administrativas	22	(57.956)	(52.521)
Outras receitas (despesas)	23	<u>8.747</u>	<u>(389)</u>
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		<u>65.446</u>	<u>47.867</u>
Encargos financeiros líquidos	24	439	(1.016)
Resultado antes dos impostos		<u>65.885</u>	<u>46.851</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(10.728)	(7.844)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	54.146	-
		<u>43.418</u>	<u>(7.844)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>109.303</u>	<u>39.007</u>
Lucro por ação do capital social (Em R\$)	29	<u>0,39</u>	<u>0,14</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Resultado do exercício	109.303	39.007
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>109.303</u></u>	<u><u>39.007</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Capital social realizado	Reservas de lucros			Resultados acumulados	Patrimônio líquido
		Incentivo Fiscal-MP 449/08	Legal	Retenção de lucros		
Saldo iniciais em 1º de janeiro 2011	188.500	1.687	7.439	56.125	-	253.751
Aumento de capital	19.918	-	-	-	-	19.918
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	39.007	39.007
Destinações:						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(15.225)	(15.225)
Reserva de incentivo fiscal - MP 449/08	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	1.950	-	(1.950)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	21.832	(21.832)	-
Em 31 de dezembro de 2011	<u>208.418</u>	<u>1.687</u>	<u>9.389</u>	<u>77.957</u>	<u>-</u>	<u>297.451</u>
Aumento de capital	91.582	-	-	(76.357)	-	15.225
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	109.303	109.303
Destinações:						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(17.103)	(17.103)
Reserva legal	-	-	5.465	-	(5.465)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	76.512	(76.512)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(10.223)	(10.223)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>300.000</u>	<u>1.687</u>	<u>14.854</u>	<u>78.112</u>	<u>-</u>	<u>394.653</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		
Resultado do exercício	109.303	39.007
Ajustes para:		
Amortizações do intangível	12.145	11.548
Depreciações	4.150	3.928
Provisão para devedores duvidosos	(3.891)	7.675
Custo de bens baixados	304	154
Provisão para contingências	2.916	(605)
Juros do parcelamento tributros e contribuições sociais	708	1.542
Impostos diferidos IR/CSLL	(54.146)	-
Encargos financeiros sobre financiamentos de obras	208	860
Encargos financeiros sobre outros financiamentos	34	(6)
	<u>71.731</u>	<u>64.103</u>
 Variação dos ativos operacionais		
(Aumento) redução em outros investimentos	(19.886)	(1.306)
(Aumento) redução em contas a receber	(8.119)	(16.145)
(Aumento) redução em estoques	(503)	(570)
(Aumento) redução em impostos e contribuições a recuperar	122	328
(Aumento) redução em depósitos judiciais	(348)	(265)
(Aumento) redução em outros	(45)	(4)
	<u>(28.779)</u>	<u>(17.962)</u>
 Variação dos passivos operacionais		
Aumento (redução) em fornecedores e empreiteiros	4.390	(1.156)
Aumento (redução) em salários, férias e gratificações e encargos sociais	1.339	1.002
Aumento (redução) em impostos e contribuições	393	665
Aumento (redução) em honorários em processos judiciais	-	(4.000)
Aumento (redução) em outras contas a pagar	1.942	(45)
Pagamentos de juros sobre financiamentos para obras	(1.788)	(3.204)
Pagamentos de juros sobre outros financiamentos	(18)	(51)
	<u>6.258</u>	<u>(6.789)</u>
 Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>49.210</u>	<u>39.352</u>
 Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos		
Aplicação no intangível	(38.860)	(43.229)
Aplicação no imobilizado	(12.399)	(12.138)
Subvenções recebidas	2.187	-
	<u>(49.072)</u>	<u>(55.367)</u>
 Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos		
Financiamentos obtidos para obras	4.286	17.495
Parcelamento tributros e contribuições sociais	-	2.625
Outros financiamentos	1.440	-
Juros sobre capital próprio	1.878	4.150
Amortização do parcelamento tributros e contribuições sociais	(2.402)	(2.067)
Amortizações de financiamentos para obras	(5.643)	(4.332)
Amortizações de outros financiamentos	(122)	(1.467)
	<u>(563)</u>	<u>16.404</u>
 Aumento (redução) líquida em caixa e equivalente de caixa	<u>(425)</u>	<u>389</u>
 Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro	5.595	5.206
 Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro	<u>5.170</u>	<u>5.595</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Receitas		
Receitas operacionais	277.544	247.198
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.779)	(9.299)
Outras receitas (despesas)	8.747	(389)
	<u>283.512</u>	<u>237.510</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Produtos químicos consumidos	(2.745)	(3.135)
Outros materiais consumidos	(9.868)	(5.035)
Energia elétrica	(24.932)	(21.400)
Serviços de terceiros contratados	(45.871)	(31.405)
Outras despesas operacionais	(5.429)	-
	<u>(88.845)</u>	<u>(60.975)</u>
Valor adicionado bruto	194.667	176.535
Depreciações e amortizações		
Amortizações do intangível	(12.145)	(11.548)
Depreciações	(4.150)	(3.928)
	<u>(16.295)</u>	<u>(15.476)</u>
Valor adicionado líquido	<u>178.372</u>	<u>161.059</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.041	3.601
	<u>182.413</u>	<u>164.660</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados e administradores		
Salários e encargos sociais	64.100	54.626
Honorários da diretoria e conselhos	745	672
Programa de participação nos resultados	2.938	2.452
	<u>67.783</u>	<u>57.750</u>
Governos		
Tributos federais	46.345	39.715
Tributos federais diferidos	(54.146)	-
Tributos estaduais	7.287	6.195
	<u>(514)</u>	<u>45.910</u>
Financiadores		
Aluguéis	2.239	2.150
Encargos financeiros	3.602	19.843
	<u>5.841</u>	<u>21.993</u>
Acionistas		
Juros sobre capital próprio	17.103	15.225
Dividendos	10.223	-
Lucros retidos do exercício	<u>81.977</u>	<u>23.782</u>
Valor total	<u>182.413</u>	<u>164.660</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul, localizado à rua Doutor Zerbini, número 421, Bairro Chácara Cachoeira, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Companhia criada pelo Decreto Estadual nº 71, de 26 de janeiro de 1979, é uma sociedade de economia mista, vinculada à Governadoria do Estado e por ela supervisionada, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com capital subscrito pelo Estado. É regida pela legislação federal e estadual, que disciplinam as atividades relacionadas ao Saneamento Básico, pela legislação aplicável às Sociedades por Ações e por seu Estatuto, nos termos da Lei nº 1.496 de 12 de maio de 1994.

Tem por objeto social a exploração dos serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos; de drenagem e manejo das águas fluviais urbanas; serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos; serviços relativos à saúde da população, prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e certificação nessas áreas de atuação, bem como outros serviços de interesse para a Companhia e para o Estado de Mato Grosso do Sul, dentro e fora de seus limites territoriais. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e outras em assuntos pertinentes à consecução de seus objetivos básicos.

As operações da Companhia são representadas pelas seguintes concessões:

Municípios	Data assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Água Clara	16 julho, 2002	16 julho, 2022	20	9,5
Alcinópolis	21 março, 2011	21 março, 2041	30	28,2
Amambai	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	26,0
Anastacio	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	25,9
Anaurilândia	30 outubro, 2003	30 outubro, 2023	20	10,8
Angélica	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	26,0
Antônio João	3 agosto, 2011	3 agosto, 2041	30	28,6
Aparecida do Taboado	5 julho, 2000	5 julho, 2020	20	7,5
Aquidauana	15 agosto, 2011	15 agosto, 2041	30	28,6
Aral Moreira	23 março, 2010	23 março, 2040	30	27,2
Bataguassu	9 setembro, 2011	9 setembro, 2041	30	28,7
Bataiporã	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	26,0
Bodoquena	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	26,0
Bonito	24 julho, 2000	30 setembro, 2013	13	0,7
Brasilândia	29 setembro, 1980	29 setembro, 2010	30	0,0 (a)
(a)Caarapó	16 maio, 2000	16 maio, 2020	20	7,4
Camapuã	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	25,9
Caracol	13 setembro, 2011	13 setembro, 2041	30	28,7
Chapadão do Sul	10 agosto, 2010	10 agosto, 2040	30	27,6
Coronel Sapucaia	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	27,0
Corumbá	11 setembro, 1999	11 setembro, 2019	20	6,7
Coxim	18 março, 2004	18 março, 2024	20	11,2
Deodápolis	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	29,0
Dois Irmãos do Buriti	18 julho, 2001	18 julho, 2021	20	8,6

Municípios	Data assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Douradina	6 junho, 2001	6 junho, 2021	20	8,4
Dourados	9 setembro, 1999	9 setembro, 2019	20	6,7
Eldorado	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	29,0
Fátima do Sul	30 março, 2000	30 março, 2020	20	7,2
Figueirão	18 abril, 2005	18 abril, 2025	20	12,3
Guia Lopes da Laguna	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	26,0
Iguatemi	12 março, 2003	12 março, 2023	20	10,2
Inocência	1 outubro, 2009	1 outubro, 2039	30	26,8
Itaporã	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	26,0
Itaquiraí	15 março, 2001	15 março, 2021	20	8,2
Ivinhema	4 agosto, 2011	4 agosto, 2041	30	28,6
Japorã	22 janeiro, 2002	22 janeiro, 2022	20	9,1
Jardim	24 setembro, 2009	24 setembro, 2039	30	26,7
Jatei	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	26,0
Juti	24 abril, 2003	24 abril, 2023	20	10,3
Ladário	17 junho, 1992	17 junho, 2012	20	0,0 (a)
Laguna Caarapã	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	27,0
Maracaju	10 junho, 2011	10 junho, 2041	30	28,5
Miranda	16 julho, 2001	16 julho, 2011	10	0,0 (a)
Mundo Novo	29 dezembro, 2010	29 dezembro, 2040	30	28,0
Naviraí	14 julho, 2000	14 julho, 2015	15	2,5
Nioaque	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	25,9
Nova Alvorada do Sul	30 outubro, 2003	30 outubro, 2023	20	10,8
Nova Andradina	27 abril, 2011	27 abril, 2041	30	28,3
Novo Horizonte do Sul	28 março, 2000	28 março, 2020	20	7,2
Paranaíba	5 dezembro, 2008	5 dezembro, 2038	30	25,9
Paranhos	8 março, 2012	8 março, 2042	30	29,2
Pedro Gomes	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	27,0
Ponta Porã	2 abril, 2012	2 abril, 2042	30	29,3
Porto Murtinho	30 maio, 2011	30 maio, 2041	30	28,4
Ribas do Rio Pardo	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	29,0
Rio Brillhante	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	27,0
Rio Negro	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	25,9
Rio Verde	11 março, 2010	11 março, 2040	30	27,2
Santa Rita do Pardo	4 outubro, 2000	4 outubro, 2020	20	7,8
Sete Quedas	9 março, 2001	9 março, 2021	20	8,2
Sidrolândia	15 dezembro, 2009	15 dezembro, 2039	30	27,0
Sonora	2 junho, 2003	2 junho, 2023	20	10,4
Tacuru	29 maio, 2012	29 maio, 2042	30	29,4
Taquarussu	6 agosto, 2004	6 agosto, 2034	30	21,6
Terenos	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	25,9
Três Lagoas	11 fevereiro, 2011	11 fevereiro, 2041	30	28,1
Vicentina	23 março, 2001	23 março, 2021	20	8,2

(a) Contratos em fase de negociação.

2 Base de preparação e mensuração

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 15 de março de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 7 - Contas a receber

Nota 7 – Serviços incorridos e não faturados

Nota 11 - Vida útil do ativo imobilizado

Nota 16 - Provisões para contingências

Nota 18 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

e. Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A companhia reconhece o contas a receber inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio de resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: Contas a receber e ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. O principal ativo que a Companhia possui nessa categoria é o “Contas a receber”.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Concessões

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão de saneamento básico quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de saneamento básico ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja paga pelos serviços de saneamento básico parcialmente por meio de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e empreiteiros e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O estatuto social da Companhia determina o percentual dos dividendos mínimos obrigatórios (vide Nota Explicativa nº 17).

b. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior.

c. Ativo financeiro

A Companhia reconhece como um “Ativo Financeiro”, o crédito a receber do poder concedente visto que possui o direito incondicional de receber indenização ao fim do contrato de concessão referente aos bens edificados e não recuperados por meio da utilização operacional dos bens. Esses ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa SELIC em vigor em 31 de dezembro de 2012.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão-de-obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado; e

- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Bens registrados no ativo imobilizado são os que não possuem vinculação com concessões de serviços públicos, ou seja, os bens de uso geral.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

• Edificações	50 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Equipamentos	10 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Equipamentos pesados	4 anos
• Veículos	5 anos
• Ferramentas	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangível

Contratos de concessão de serviços

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa 10).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo Intangível. O valor do ativo intangível é reconhecido como um direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante a concessão dos serviços.

Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas estações de água e esgoto estão sendo capitalizados como parte de seus custos.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos não financeiros.

g. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de serviços

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de águas e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias e cambiais líquidas.

h. Benefícios a empregados

i. Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou que a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes. As obrigações de pagamento para planos de contribuição definida são reconhecidas como uma despesa no resultado à medida que são incorridas. A Companhia não possui outros benefícios pós-empregos.

ii. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

l. Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações emitidas pelo CPC ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

CPC 36 R3 - Demonstrações consolidadas, CPC 19 R2 - Negócios em conjunto e CPC 45) - Divulgação de participações em outras sociedades

O CPC 36 R3 introduziu novo conceito de controle para determinar qual investida deve ser consolidada.

O objetivo do CPC 36 R3 é estabelecer princípios para a apresentação e a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. A Administração da Companhia concluiu não haver impactos significativos nessas demonstrações financeiras decorrentes da adoção desse pronunciamento.

Pelo CPC 19 R2, a estrutura de negócios em conjunto, embora ainda seja uma importante consideração, não é o principal fator na determinação do tipo de negócio em conjunto e da subsequente contabilização:

- Operação em conjunto (*joint operation*), quando as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio, é contabilizada de acordo com os interesses das partes nos ativos, passivos, receitas e despesas.
- Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*), quando as partes integrantes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio, é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, tendo sido eliminada a consolidação proporcional de empreendimento controlado em conjunto.

O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para o reporte financeiro por entidades que tenham interesses em negócios controlados em conjunto (negócios em conjunto). A Administração da Companhia concluiu não haver impactos significativos nestas demonstrações financeiras decorrentes da adoção desse pronunciamento.

O CPC 45 consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou em mais outras entidades. A Administração da Companhia concluiu não haver impactos significativos nestas demonstrações financeiras decorrentes da adoção desse pronunciamento.

CPC 18 R2- Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto

As principais mudanças introduzidas pelo CPC 18 R2 se referem à contabilização dos resultados e das transações ascendentes (*upstream*) entre a controlada e a controladora e de transações entre as controladas do mesmo grupo econômico que devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras da vendedora, mas não devem ser reconhecidos nas demonstrações

financeiras individuais da controladora enquanto os ativos transacionados estiverem no balanço da adquirente pertencente ao grupo econômico.

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrentes da adoção desse pronunciamento.

CPC 33 R1 - Benefícios a empregados

As principais mudanças introduzidas pelo CPC 33 R1 se referem à contabilização de planos de benefícios definidos. A Administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrentes da adoção desse pronunciamento.

CPC 46 - Mensuração do valor justo

O CPC 46 define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração. A Administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrentes da adoção desse pronunciamento.

Os novos pronunciamentos ou as alterações de pronunciamentos conforme indicados acima não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. Esses novos normativos são efetivos para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, cuja adoção antecipada é permitida.

n. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável somente as companhias abertas.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Contas a receber e outros recebíveis

O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, excluindo obra em andamento, mas incluindo recebíveis de contratos de concessão de serviços, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, apurados na data de apresentação que se equiparam ao valor contábil.

ii. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Composição

Descrição	2012	2011
Saldo bancário	4.972	5.501
Depósitos vinculados	<u>198</u>	<u>94</u>
	<u>5.170</u>	<u>5.595</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 25.

6 Outros investimentos

A composição das aplicações financeiras está representada como segue:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Taxa juros média a.a.	2012	2011
Banco do Brasil S.A.	Renda fixa	8,15%	19.492	10.955
Caixa Econômica Federal	Renda fixa	7,80%	36.115	25.103
Outros			<u>499</u>	<u>162</u>
			<u>56.106</u>	<u>36.220</u>

As cotas de fundo de investimento classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, sendo que no ano de 2012 a rentabilidade média foi de 7,93%. Esses recursos serão utilizados em investimentos em ativos necessários para a conclusão do ativo intangível (redes de água e esgoto dos municípios e demais investimentos previstos nos contratos de concessão).

A composição das aplicações financeiras está representada como segue:

Fundos de investimentos

Modalidade	Taxa de juros média a.a	2012	2011
Fundos de investimentos	8,42%	17.255	10.955
Fundos de investimentos	7,95%	1.256	-
Fundos de investimentos	7,41%	821	120
Fundos de investimentos	8,29%	33.252	24.576
Fundos de investimentos	6,67%	593	527
Fundos de investimentos	4,49%	40	42
Poupança	6,57%	2.889	-
		<u>56.106</u>	<u>36.220</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 25.

7 Contas a receber

a. Composição

Descrição	2012	2011
Serviços de água e esgotos	75.614	73.300
Serviços incorridos e não faturados	11.892	10.569
Outros serviços	13.508	9.026
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(46.957)</u>	<u>(50.848)</u>
	<u>54.057</u>	<u>42.047</u>

b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia adota o critério de constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos créditos vencidos há mais de 180 dias e julga ser suficiente para a cobertura de eventuais perdas.

8 Estoques

São representados por materiais necessários à operacionalização e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos, representados em 31 de dezembro de 2012 por R\$ 5.330 (R\$ 4.827 em 31 de dezembro de 2011).

9 Ativo financeiro

	2012	2011
Concessões indenizáveis	109.870	116.211
(-) Ajuste a valor presente	(39.788)	(54.013)
	70.082	62.198

Refere-se ao montante esperado de recebimento junto ao poder concedente (municípios) ao final do prazo das concessões. Esses valores foram ajustados aos respectivos valores presentes de cada Contrato de Concessão, descontados pela taxa SELIC de 7,25%, taxa vigente no mês de dezembro de 2012.

10 Intangível

	Saldos em 31/12/2010	Adições	Transferência	Baixas	Saldos em 31/12/2011
Custo					
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	301.084	7.254	11.321	(481)	319.178
Sistemas de esgotamento sanitário	103.624	962	7.561	-	112.147
	404.708	8.216	18.882	(481)	431.325
Amortização					
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	(141.868)	(8.661)	(10)	339	(150.200)
Sistemas de esgotamento sanitário	(24.603)	(2.887)	10	-	(27.480)
	(166.471)	(11.548)	-	339	(177.680)
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	33.097	20.177	(11.479)	(90)	41.705
Sistemas de esgotamento sanitário	28.986	14.926	(7.471)	-	36.441
Subvenções recebidas	-	(895)	-	-	(895)
	62.083	34.208	(18.950)	(90)	77.251
Ativo financeiro	(79.303)	-	17.105	-	(62.198)
	221.017	30.876	17.037	(232)	268.698
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Transferência	Baixas	Saldos em 31/12/2012
Custo					
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	319.178	7.951	5.941	(109)	332.961
Sistemas de esgotamento sanitário	112.147	2.510	1.574	(345)	115.886
	431.325	10.461	7.515	(454)	448.847
Amortização					
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	(150.200)	(9.055)	(42)	75	(159.222)
Sistemas de esgotamento sanitário	(27.480)	(3.090)	-	101	(30.469)
	(177.680)	(12.145)	(42)	176	(189.691)

*Empresa de Saneamento de
Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

	Saldos em 31/12/2011	Adições	Transferência	Baixas	Saldos em 31/12/2012
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	41.705	15.108	(5.942)	(89)	50.782
Sistemas de esgotamento sanitário	36.441	13.291	(985)	-	48.747
Subvenções recebidas	(895)	(2.187)	-	-	(3.082)
	77.251	26.212	(6.927)	(89)	96.447
Ativo financeiro	(62.198)	-	(7.884)	-	(70.082)
	268.698	24.528	(7.338)	(367)	285.521

O Ativo Intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de abastecimento de água e esgotos e foram reconhecidos pela diferença entre o total dos investimentos realizados, em fase de produção, e o valor reconhecido como um Ativo Financeiro (Nota Explicativa 9). As taxas de amortização são definidas com base nos prazos de concessão de cada Contrato e foram estabelecidas mediante estudos específicos, com base nas estimativas de vida útil dos bens.

A partir de 2008, com o advento da Lei nº 11.638/07, a Companhia vem realizando estudos visando à avaliação da provisão constituída, adotando-se o método de fluxo de caixa descontado. Em 2012, foi utilizada uma taxa de desconto de 7,25%, equivalente à taxa Selic de dezembro de 2012, divulgada pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil - Copom. A Companhia entende que essa taxa de remuneração é suficiente para a geração de caixa, necessário à manutenção de suas atividades operacionais e cobertura dos investimentos futuros.

O montante líquido de transferência de R\$ 7.338, sendo que R\$ 7.884 para o Ativo Financeiro e R\$ 546 do Imobilizado.

11 Imobilizado

	Taxa anual depreciação	Saldos em 31/12/2010	Adições	Transferência	Baixas	Saldos em 31/12/2011
Custo						
Bens de uso geral						
Terrenos	-	627	3.315	-	-	3.942
Edificações	2	8.727	4.854	762	-	14.343
Móveis e utensílios	10	2.399	84	69	(18)	2.534
Equipamentos	10	4.132	521	211	(72)	4.792
Veículos	20	12.978	178	-	(236)	12.920
Equipamentos pesados	25	8.957	190	-	(125)	9.022
Computadores	20	3.370	671	74	(3)	4.112
Ferramentas/ferramental	20	83	96	-	-	179
Telefones	-	6	-	-	-	6
Obras em andamento	-	4.460	2.453	(1.048)	(225)	5.640
		45.739	12.362	68	(679)	57.490

*Empresa de Saneamento de
Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

	Taxa anual depreciação	Saldos em 31/12/2010	Adições	Transferência	Baixas	Saldos em 31/12/2011
Depreciação						
Bens de uso geral						
Edificações		(2.939)	(259)	-	-	(3.198)
Móveis e utensílios		(1.302)	(180)	-	15	(1.467)
Equipamentos		(2.527)	(194)	-	13	(2.708)
Veículos		(7.284)	(1.502)	-	232	(8.554)
Equipamentos pesados		(5.544)	(1.123)	-	-	(6.667)
Computadores		(1.619)	(481)	-	2	(2.098)
Ferramentas/ferramental		(77)	(10)	-	-	(87)
		<u>(21.292)</u>	<u>(3.749)</u>	<u>-</u>	<u>262</u>	<u>(24.779)</u>
		<u>24.447</u>	<u>8.613</u>	<u>68</u>	<u>(417)</u>	<u>32.711</u>
Custo						
Bens de uso geral						
Terrenos	-	3.942	-	(11)	-	3.931
Edificações	2	14.343	31	-	-	14.374
Móveis e utensílios	10	2.534	1.454	75	(13)	4.050
Equipamentos	10	4.792	953	(22)	(33)	5.690
Veículos	20	12.920	2.390	-	(2)	15.308
Equipamentos pesados	25	9.022	981	-	-	10.003
Computadores	20	4.112	674	-	(7)	4.779
Ferramentas/ferramental	20	179	-	-	-	179
Telefones	-	6	-	-	-	6
Obras em andamento	-	5.640	5.916	(630)	-	10.926
		<u>57.490</u>	<u>12.399</u>	<u>(588)</u>	<u>55)</u>	<u>69.246</u>
Depreciação						
Bens de uso geral						
Edificações		(3.198)	(281)	-	-	(3.479)
Móveis e utensílios		(1.467)	(246)	-	12	(1.701)
Equipamentos		(2.708)	(332)	42	13	(2.985)
Veículos		(8.554)	(1.595)	-	1	(10.148)
Equipamentos pesados		(6.667)	(1.093)	-	-	(7.760)
Computadores		(2.098)	(582)	-	4	(2.676)
Ferramentas/ferramental		(87)	(21)	-	-	(108)
		<u>(24.779)</u>	<u>(4.150)</u>	<u>42</u>	<u>30</u>	<u>(28.857)</u>
		<u>32.711</u>	<u>8.249</u>	<u>(546)</u>	<u>(25)</u>	<u>40.389</u>

O montante de transferência de R\$ 546 refere-se ao saldo das obras concluídas e transferidas para o Ativo intangível.

12 Fornecedores e empreiteiros

Descrição	2012	2011
Fornecedores de serviços e materiais (a)	9.237	7.841
Empreiteiros (b)	<u>7.546</u>	<u>4.552</u>
	<u>16.783</u>	<u>12.393</u>

- (a) O saldo está representado por débitos com fornecedores diversos, necessários à operação de suas atividades normais.
- (b) O saldo está representado por empresas contratadas para execução de projetos, obras e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários em diversas localidades do Estado de Mato Grosso do Sul.

13 Empréstimos e financiamentos

Composição por instituição financeira:

	2012		2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Caixa Econômica Federal	7.224	62.306	7.629	63.065
Banco do Brasil S.A.	995	480	123	-
	8.219	62.786	7.752	63.065

Os financiamentos com recursos da Caixa Econômica Federal destinaram-se, substancialmente, à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotos sanitários, e estão garantidos por aval do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e por bens do ativo.

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (covenants).

Os principais dados de cada contrato estão demonstrados a seguir:

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	2012	2011	Credor	Prazo (meses)	Vencimento final
24393-78	Dourados 1º/91 Esg. fase 2	UPR juros 6% a.a.	9.094	10.065	CAIXA	300	Jan de 2020
24394-93	Três Lagoas 1º/91 Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.457	3.889	CAIXA	300	Mar de 2019
22212-36	Dourados Esgoto 1/90	UPR juros 6% a.a.	2.898	3.248	CAIXA	300	Mai de 2019
39624-67	Pro San Esgoto Dourados	UPR juros 8% a.a.	289	554	CAIXA	180	Dez de 2013
36744-78	Três Lagoas Esgoto 2ª fase	UPR juros 5% a.a.	524	690	CAIXA	216	Out de 2015
82253-20	Pro San Sidrolândia SAA	UPR juros 8% a.a.	379	582	CAIXA	180	Ago de 2014
39573-78	Pro San Anastácio SAA	UPR juros 8% a.a.	131	293	CAIXA	180	Set de 2013
39620-87	Pro San Guia Lopes	UPR juros 8% a.a.	45	102	CAIXA	180	Set de 2013
39621-01	Pro San Jardim SAA	UPR juros 8% a.a.	86	192	CAIXA	180	Set de 2013
24397-60	Prosanear Dourados SAA/ESG	UPR juros 6% a.a.	469	518	CAIXA	300	Mar de 2020
39614-53	Pro San Aquidauana SAA	UPR juros 8% a.a.	83	185	CAIXA	180	Set de 2013
39623-41	Pro San Miranda	UPR juros 8% a.a.	71	159	CAIXA	180	Set de 2013
39615-80	Pro San Bonito SAA	UPR juros 8% a.a.	53	119	CAIXA	180	Set de 2013
78266-41	Pro San Lageado Anastácio	UPR juros 6,5% a.a.	-	39	CAIXA	120	Jul de 2013
57133-73	Pro San DOU/ETE Lar Doce	UPR juros 6,5% a.a.	10	49	CAIXA	120	Abr de 2013
78265-26	Pro San DOU/ETE Guaxinin	UPR juros 6,5% a.a.	40	153	CAIXA	120	Abr de 2013
182228-60	Prog San Todos P. Porã Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	1.332	1.378	CAIXA	234	Fev de 2028
180167-94	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	1.063	1.099	CAIXA	234	Abr de 2028
182226-41	Prog San Todos Dourados Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	650	673	CAIXA	234	Jan de 2028
190463-93	Prog San Todos A Taboado DI	UPR juros 8% a.a.	236	277	CAIXA	120	Jun de 2017
182233-33	Prog San Todos Corumbá DI	UPR juros 8% a.a.	318	365	CAIXA	120	Jan de 2018
182227-56	Prog San Todos Corumbá Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	959	992	CAIXA	234	Jan de 2028
241662-97	Prog San Todos T. Lagoas Água	UPR juros 6% a.a.	8.553	9.072	CAIXA	120	Set de 2021
241693-66	Prog San Todos P. Porã SAA	UPR juros 6% a.a.	2.301	2.369	CAIXA	240	Fev de 2030
241695-85	Prog San Todos Corumbá SAA	UPR juros 6% a.a.	4.669	4.759	CAIXA	240	Fev de 2031
241664-14	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.092	8.639	CAIXA	240	Fev de 2031
291832-99	Prog San Todos P. Porã EPE	UPR juros 6% a.a.	3.130	3.113	CAIXA	240	Dez de 2029
292251-97	Prog San Todos Corumbá Água	UPR juros 6% a.a.	13.555	10.747	CAIXA	262	Dez de 2031
291829-42	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.883	4.703	CAIXA	240	Dez de 2029
	Outros 40 contratos	UPR e juros de 5 a 8% a.a	690	1.233	CAIXA		Até o ano 2030
	Banco do Brasil	Juros 4,5 a 7%	-	123	BANCO BRASIL	18	Jan de 2012
40/00538-0	FCO-Banco do Brasil	10% a.a.	1.475	-	BANCO BRASIL	18	Jul de 2014
	Juros incorridos a vencer		<u>470</u>	<u>477</u>			
	Total da dívida		<u>71.005</u>	<u>70.817</u>			
	Circulante		8.219	7.752			
	Não circulante		<u>62.786</u>	<u>63.065</u>			
	Total		<u>71.005</u>	<u>70.817</u>			

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

Credor	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2019	Total
Caixa Econômica Federal	7.528	7.880	8.425	9.008	7.995	21.470	62.306
Banco do Brasil	480	-	-	-	-	-	480
	<u>8.008</u>	<u>7.880</u>	<u>8.425</u>	<u>9.008</u>	<u>7.995</u>	<u>21.470</u>	<u>62.786</u>

14 Parcelamento de tributos e contribuições sociais

Descrição	2012		2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de Recuperação Fiscal - Refis	1.879	7.739	1.734	8.836
Parcelamentos de tributos e contribuições sociais	<u>593</u>	<u>1.327</u>	<u>569</u>	<u>2.093</u>
	<u>2.472</u>	<u>9.066</u>	<u>2.303</u>	<u>10.929</u>

Em 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis, instituído pelo Governo Federal, e vinha amortizando o saldo devedor existente com base em valor equivalente a 1,2% de seu faturamento bruto mensal, com incidência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 18 de novembro de 2009, com o advento da Lei nº 11.941/09, a Companhia aderiu ao reparcelamento dessa dívida, tendo como destaque a compensação de juros, no valor de R\$13.818, com bases negativas da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e prejuízo fiscal. Com o reparcelamento e aplicação dos incentivos previstos na Lei nº 11.941/09, o saldo devedor, em 18 de novembro de 2009, passou a ser R\$12.306, a ser amortizado no prazo de 66 meses, com incidência da Taxa de Juros Selic.

Em 2006, a Secretaria da Receita Federal encaminhou cobrança de valores referente à Cofins do ano de 1995, que fora compensada com valores julgados pela Companhia recolhidos a maior quando ela denominava-se Finsocial, no valor de R\$ 2.019. Em 2011 a Secretaria da Receita Federal julgou improcedente o argumento dos consultores jurídicos da Companhia e encaminhou para a Procuradoria Geral da Fazenda o valor do débito de R\$ 2.625 qual foi requerido o parcelamento em 60 meses, em 25 de outubro de 2011.

15 Dividendos e juros sobre capital próprio

Neste exercício, a Companhia atribuiu créditos aos seus acionistas no valor de R\$17.103, referente a juros sobre capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios, conforme previsão estatutária e legislação pertinente. Essa distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios, serão encaminhados à Assembleia Geral de Acionistas para aprovação, está assim realizada: Estado de Mato Grosso do Sul (R\$17.087) e Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - Agesul (R\$16).

Os juros foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249/95. Para fins de demonstração e adequação aos princípios contábeis, os respectivos juros foram revertidos na demonstração de resultado na linha de encargos financeiros líquidos para a conta de prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Conforme previsto pela legislação fiscal e dentro dos limites de 50% do lucro antes do Imposto de Renda, o valor contabilizado foi integralmente deduzido na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução foi de R\$ 5.815.

Foi proposto dividendos no valor de R\$ 10.223 em complemento aos juros sobre o capital próprio, para totalizar dos dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado, conforme previsão estatutária.

16 Provisão para contingências

A Administração da Companhia adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nos pareceres jurídicos dos advogados, em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas, assim distribuídas:

Descrição	2012	2011
Ações fiscais	5.325	5.325
Ações cíveis	21.741	22.043
Ações trabalhistas	3.230	13
	<u>30.296</u>	<u>27.381</u>

Ações fiscais

Descrição	2012	2011
Notificação diferença base cálculo Cofins/PIS-Pasep (a)	<u>5.325</u>	<u>5.325</u>
	<u>5.325</u>	<u>5.325</u>

- (a) Em 2004, por meio de procedimentos de fiscalização, a Companhia foi notificada pela Secretaria da Receita Federal a recolher diferenças de contribuições ao PIS/Pasep e Cofins. Essas diferenças estão sendo contestadas pelos consultores jurídicos da Companhia por julgá-las improcedentes. Foi constituída provisão no valor de R\$5.325 referente ao montante estipulado pelas respectivas notificações.

Ações cíveis

Descrição	2012	2011
Tubos e Conexões Tigre S.A. (b)	19.210	19.210
Outras ações cíveis (c)	<u>2.531</u>	<u>2.833</u>
	<u>21.741</u>	<u>22.043</u>

- (b) A Companhia mantém registrado o montante de R\$19.210 em favor da empresa Tigre S.A. - Tubos e Conexões, refere-se a uma dívida, cujo valor foi revisto no exercício de 2000, no qual a Companhia e a Tigre assinaram um termo judicial de confissão e acordo de dívida, no montante de R\$14.000, a valores históricos, à época. Amparada pelos seus consultores jurídicos, a Companhia suspendeu, desde o mês de fevereiro de 2004, as amortizações mensais dessa dívida e realizou o recolhimento das parcelas devidas até o mês de julho de 2004, por meio de depósitos judiciais, uma vez que está pleiteando nova revisão do saldo devedor, com base em laudo técnico realizado por uma empresa independente, cujo resultado montou em R\$7.697, quando da assinatura daquele termo judicial. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia a possibilidade de perda deste litígio é provável.
- (c) Outras ações cíveis referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios, e por opinião dos consultores jurídicos a probabilidade de perda é provável.

Ações trabalhistas

São relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços, oriundos de responsabilidade solidária.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em diversas ações judiciais referente às questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos seus consultores jurídicos como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$16.288 em 31 de dezembro de 2012 (R\$17.554 em 2011).

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 300.000 (R\$ 208.419 em 2011), está representado por 283.241.754 ações ordinárias sem valor nominal (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2011), pertencentes aos seguintes acionistas:

Acionistas	Ações	%
Estado de Mato Grosso do Sul	282.986.836	99,91
Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos	<u>254.918</u>	<u>0,09</u>
Total	<u>283.241.754</u>	<u>100,00</u>

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em pagamentos de investimentos previstos no orçamento e/ou aumento de capital social. Está sujeita a aprovação na próxima Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2013.

	2012	2011
Resultado do exercício	109.303	39.007
Reserva legal	(5.465)	(1.950)
Juros sobre o capital próprio	(17.103)	(15.225)
Dividendos propostos	(10.223)	-
	(76.512)	(21.832)
Lucro líquido para retenção de lucro	(76.512)	(21.832)

d. Reserva de Incentivo Fiscal - MP 449/08, convertida na Lei 11.941/09

Constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício, correspondente às subvenções para investimentos recebidas e reconhecidas no resultado, em atendimento à Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18 Ativos fiscais diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2012
Ativo não circulante			
Provisões para contingências	-	4.903	4.903
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	3.388	3.388
Outras adições	-	18	18
Prejuízo fiscal do imposto de renda	-	36.090	36.090
Base negativa da contribuição social	-	9.847	9.847
	-	54.146	54.146

Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais perdas. As condições para reconhecimento do ativo fiscal diferido, conforme descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, já existiam em 31 de dezembro de 2011, no entanto, a Companhia decidiu registrar o valor integral líquido no montante de R\$ 54.146 (Receita de R\$ 59.802 referente a 2011 e Despesa de R\$

5.656 referente a 2012) diretamente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e não reapresentar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Desta forma, o lucro líquido do exercício está apresentado a maior no montante de R\$ 59.802.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Despesa de imposto corrente

Reconciliação taxa efetiva	2012		2011	
	%	R\$	%	R\$
Resultado antes dos impostos		65.885		46.851
Juros sobre o capital próprio		<u>(17.103)</u>		<u>(15.225)</u>
		48.782		31.626
Imposto pela alíquota fiscal	(34,0)	(16.586)	(34,0)	(10.753)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	9,6	4.684	10,8	3.411
Adições/exclusões permanentes	<u>2,4</u>	<u>1.174</u>	<u>(1,6)</u>	<u>(502)</u>
	<u>22,0</u>	<u>(10.728)</u>	<u>24,8</u>	<u>(7.844)</u>

19 Receita operacional líquida

Descrição	2012	2011
Serviço de abastecimento de água	232.842	207.774
Serviços de esgoto	27.870	21.623
Outros serviços de água	16.832	17.801
(-) Impostos sobre serviços (PIS-PASEP/COFINS)	(25.475)	(22.866)
(-) Impostos sobre serviços (ICMS)	<u>(7.287)</u>	<u>(6.195)</u>
	<u>244.782</u>	<u>218.137</u>

20 Custo de operação e manutenção

Descrição	2012	2011
Pessoal	(46.843)	(41.610)
Material	(11.663)	(8.251)
Serviços de terceiros	(57.482)	(53.876)
Outros	(895)	(735)
Amortização do intangível	(12.145)	(11.548)
(-) Créditos PIS-PASEP/COFINS	4.484	3.841
	<u>(124.544)</u>	<u>(112.179)</u>

21 Despesas comerciais

Descrição	2012	2011
Pessoal	(1.859)	(1.621)
Material	(7)	(8)
Serviços de terceiros	(3.623)	(3.502)
Outros	(94)	(50)
	<u>(5.583)</u>	<u>(5.181)</u>

22 Despesas administrativas

Descrição	2012	2011
Pessoal	(32.926)	(26.938)
Material	(943)	(775)
Serviços de terceiros	(11.936)	(10.604)
Impostos e contribuições	(782)	(426)
Provisões	(5.695)	(8.694)
Depreciações	(4.150)	(3.928)
Outros	(1.524)	(1.156)
	<u>(57.956)</u>	<u>(52.521)</u>

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2012, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 745 (R\$ 672 em 2011) registrados no grupo de despesas administrativas, incluindo salários, remunerações variáveis e benefícios diretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

23 Outros receitas (despesas)

Descrição	2012	2011
Outras receitas		
Subvenções para investimentos	240	-
Venda de bens do ativo imobilizado	-	580
Contribuições e doações	4.636	2.443
Administração de serviço da coleta de lixo	397	296
Serviços técnicos de engenharia	19	21
Recuperação de crédito	2.137	-
Outras	<u>2.563</u>	<u>260</u>
	<u>9.992</u>	<u>3.600</u>
Outras despesas		
Perdas em processos judiciais	(608)	(3.482)
Custo de bens baixados do imobilizado	(304)	(154)
Estudos e projetos não aprovados	(89)	(225)
Projetos e obras sociais	(240)	-
Outras	<u>(4)</u>	<u>(128)</u>
	<u>(1.245)</u>	<u>(3.989)</u>
	<u><u>8.747</u></u>	<u><u>(389)</u></u>

24 Encargos financeiros líquidos

Descrição	2012	2011
Caixa Econômica Federal (juros, taxas e variações)	(2.783)	(2.892)
Reparcelamento Lei 11.941/09	(705)	(1.542)
Outros	(114)	(183)
Receitas de aplicações financeiras	<u>4.041</u>	<u>3.601</u>
	<u>439</u>	<u>(1.016)</u>

25 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de clientes ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.710	5.595
Outros investimentos	6	56.106	36.220
Contas a receber	7	54.057	42.047
Ativo financeiro	9	<u>70.082</u>	<u>62.198</u>
		<u>185.415</u>	<u>146.060</u>

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia têm atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Os principais mitigadores do risco de crédito são os contratos de concessão. A Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços, além disso, existe o fornecimento de contratos com previsões de indenização em caso de renúncia do poder concedente, com alto grau de controle sobre os recebíveis.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável, era a seguinte:

*Empresa de Saneamento de
Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

	2012	2011
A vencer	40.588	29.779
Vencido de 1 a 30 dias	7.738	5.678
Vencido de 31 a 90 dias	3.363	3.376
Vencido de 91 a 180 dias	2.368	3.214
Vencidos acima de 180 dias	46.957	50.848
	101.014	92.895

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação às contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	Provisão acumulada	
	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro	50.848	43.173
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecido	2.417	7.675
Valores baixados	(6.308)	-
Saldo em 31 de dezembro	46.957	50.848

A provisão para redução ao valor recuperável é relacionada a vários clientes-usuários dos serviços prestados de água e esgoto, o que corresponde a títulos vencidos há mais de 180 dias que indicam que os clientes não devem conseguir pagar seus saldos pendentes.

A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação aos contas a receber não vencido.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	NOTA	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	13	71.005	70.817
Fornecedores	12	16.783	12.393
		87.788	83.210
Circulante		(25.002)	(20.145)
Não circulante		62.786	63.065

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2012	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	38 a 60 meses	61 a 133 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	71.005	105.695	12.573	13.259	12.677	12.660	12.642	41.884
Fornecedores e empreiteiros	16.783	16.783	16.783	-	-	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas à UPR.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	2012	2011
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	5.170	5.595
Outros investimentos	56.106	36.220
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	71.005	70.817

Abaixo apresentam-se as análises de sensibilidade para os riscos de mercado relevantes a que a Companhia está suscetível:

Instrumentos	Exposição 2012	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários					
				Provável		Elevação do Índice em 25%		Elevação do Índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos financeiros - Financiamentos	(71.005)	UPR	7	7	(4.970)	8,75	(6.213)	10,5	(7.456)
Total	(71.005)				(4.970)		(6.213)		(7.456)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2012	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários					
				Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos financeiros - Financiamentos	(71.005)	UPR	7	7	(4.970)	5,25	(3.728)	3,5	(2.485)
Total	(71.005)				(4.970)		(3.728)		(2.485)

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 14 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou o passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31 de dezembro de 2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Outros investimentos	-	56.106	-

Valor justo versus valor contábil

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

	Valor contábil		Valor justo	
	2012	2011	2012	2011
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	5.170	5.595	5.170	5.595
Outros investimentos	56.106	36.220	56.106	36.220
Contas a receber e outros recebíveis	54.057	42.047	54.057	42.047
Ativo financeiro	70.082	62.198	70.082	62.198
Total	185.415	146.060	185.415	146.060
Passivos financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar	16.783	12.393	16.783	12.393
Empréstimos e financiamentos	71.005	70.817	71.005	70.817
	87.788	83.210	87.788	83.210

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Caixa e equivalentes de caixa. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. Os saldos de outros investimentos correspondem aos valores justos calculados com base nas aplicações financeiras da empresa.

O contas a receber e fornecedores decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratar de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, não negociáveis em mercado ativo.

	Valor justo por meio de resultado	2012		2011	
		Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	5.170	-	5.595	-
Outros investimentos	56.106	-	-	-	-
Contas a receber	-	54.057	-	42.047	-
Ativo Financeiro			70.082		62.198
Total	56.106	59.227	70.082	47.642	62.198
Passivos financeiros					
Fornecedores	-	-	16.783	-	12.393
Empréstimos e financiamentos	-	-	71.005	-	70.817
	-	-	87.788	-	83.210

Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

26 Compromissos vinculados a contratos de concessão

Compromissos relativos à concessões

Em 2012, a Companhia estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos nos contratos de concessões. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de não contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28 Aspectos ambientais

As instalações da Companhia consideram que suas atividades de saneamento básico e tratamento de esgoto sanitário estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, além de acreditarem que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

29 Resultados por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias conforme demonstrativo abaixo:

	2012	2011
Lucro do exercício	109.303	39.007
Numero médio ponderado de ações	283.241.754	283.241.754
Resultado por ação básico e diluído (reais)	0,39	0,14